



¡TENEMOS FURIA!

DEMANDAS E REFLEXÕES DO FEMINISMO SOCIALISTA CHILENO (1981-1986)

Júlia Glaciela da Silva Oliveira¹

Resumo:

Em 1973, o Chile sofreu um golpe político militar que alterou profundamente as transformações sociais e econômicas logradas nos anos anteriores. Para além da violência instaurada contra os opositores, Augusto Pinochet inaugurou, na América Latina, um novo modelo econômico: o neoliberalismo. Desta forma, o Chile transitou do socialismo, escolhido pela via democrática, para um regime neoliberal imposto pela violência da ditadura. Os efeitos desta drástica mudança ainda são sentidos pela população que se viu alijada de direitos fundamentais, como educação e saúde. As mulheres foram fortemente afetadas pelo novo regime; seja pela violência perpetrada pelo Estado, seja pelas medidas econômicas que acarretaram o que foi denominado de "feminização da pobreza". A *Federación de Mujeres Socialista*, uma entidade clandestina, discutiu e denunciou, por meio da revista *Furia*, o efeito do novo cenário chileno no cotidiano feminino. O periódico circulou entre os anos de 1980 e 1983, sempre de forma clandestina e com artigos assinados por pseudônimos. Desta forma, neste artigo visamos analisar como a publicação discutiu as opressões que recaem sobre as mulheres, em um contexto neoliberal e da ausência democrática, bem como as relações entre feminismo e socialismo.

Palavras-chave: feminismo, socialismo, Revista Furia, Chile, neoliberalismo

Abstract:

In 1973, Chile experienced a military-political coup that profoundly altered the social and economic transformations achieved in recent years. Beyond the violence instigated against opponents, Augusto Pinochet introduced a new economic model in Latin America: neoliberalism. In this way, Chile transitioned from socialism, chosen democratically, to a neoliberal regime imposed by the violence of the dictatorship. The effects of this drastic change are still felt by the population, which found itself deprived of fundamental rights such as education and healthcare. Women were strongly affected by the new regime, both by the violence perpetrated by the state and by economic measures that led to what has been termed the "feminization of poverty." The *Federación de Mujeres Socialista*, a clandestine entity, discussed and denounced the effects of the new Chilean scenario on women's daily lives through the magazine *Furia*. The periodical circulated between 1980 and 1983, always clandestinely and with articles signed by pseudonyms. Thus, in this article, we aim to analyze how the publication discussed the oppressions that fell upon women in a neoliberal and undemocratic context, as well as the relationships between feminism and socialism.

Keywords: feminism, socialism, Furia magazine, Chile, neoliberalism

¹ Possui graduação em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Estadual de Londrina (UEL/2006), mestrado em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/2013) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP/2019), com tese premiada pela Associação Nacional de Professores e Pesquisadores de História das Américas (ANPHLAC). É professora adjunta do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH) e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial da Universidade Federal do ABC (UFABC). Atualmente, é coordenadora do Grupo de Pesquisa em Gênero e História (GRUPEG/USP) e diretora da Revista Eletrônica da ANPHLAC e tem atuado nos seguintes temas: Estudos de Gênero; História da América Latina contemporânea; Artivismo; Movimentos Feministas e LGBTQI+.

Do socialismo democrático à ditadura neoliberal

Durante os anos de 1960 e 1970, o Cone Sul latino-americano foi marcado pela instauração de regimes civis-militares. A Argentina, o Brasil, o Paraguai, o Uruguai e o Chile vivenciaram anos de violenta repressão aos opositores do regime e de supressão de direitos. Apesar de estes países terem experienciado situações que lhes foram comuns, a exemplo da perseguição e assassinato de militantes e opositores, os fatos ocorridos no Chile fizeram com que a experiência do país se tornasse singular na região. Isso porque, no início da década de 1970, o país conviveu com dois modelos econômicos antagônicos: o socialismo e o neoliberalismo, algo muito distinto das experiências dos demais países do Cone Sul. Em 1970, a coligação dos partidos de esquerda, a *Unidad Popular* (UP) levou Salvador Allende à Presidência da República pela via democrática. A eleição de um presidente de esquerda era algo, até então, novo na América Latina. Allende tinha por objetivo transformar o Chile, de forma pacífica, em um Estado socialista por meio de projetos sociais. Peter Winn afirma que o cerne das mudanças propostas estava na “recuperação das riquezas [minerais] básicas, particularmente das minas de cobre; a nacionalização dos bancos; uma reforma agrária profunda; e a socialização das principais empresas de produção e distribuição chilenas” (2010, p. 81)". De acordo com o autor, Allende tinha por objetivo transformar o Chile, de forma pacífica, em um estado socialista por meio de projetos sociais e, nos três anos de governo da UP, essas mudanças foram percebidas, especialmente, na área social. Winn advoga que houve pleno emprego, investimentos nas áreas rural e urbana, na educação, na saúde, na alimentação infantil e na construção de moradias populares. Contudo, a partir do segundo ano, o governo sofreu duras críticas e enfrentou boicotes.

Cabe salientarmos que, alguns destes projetos, como a questão agrária, já estavam no centro dos debates chilenos desde os anos de 1950 e algumas reformas já haviam sido iniciadas no governo anterior, de Eduardo Frei, da Democracia Cristã (DC). Joana Salém Vasconcelos (2020) afirma que a eleição do presidente da DC, em 1964, teve expressiva contribuição do voto camponês e foi sustentada por empréstimos norte-americanos, garantindo melhores condições agrárias. De acordo com a autora, a proposta de Frei incorporou uma modernização técnica, com sentido de justiça social no campo,

"promovendo a utopia de um capitalismo agrário eficiente, conduzido por camponeses empresários e trabalhadores rurais amparados por direitos" (Vasconcelos, 2020, p.49).

No governo da UP, essa medida foi intensificada, tendo em vista que Allende chegou ao poder com apoio do campesinato chileno e também dos mapuches da Araucanía, que exigiam uma radicalização da reforma agrária e a recuperação de terras expropriadas. Em vista disso, o governo da “[...] Unidade Popular acelerou a mudança no campo e levou ao limite a lei gestada no governo anterior. Allende expropriou mais de 6 milhões de hectares em três anos, enquanto seu antecessor havia expropriado 3,5 milhões em seis (Vasconcelos, 2020, p. 50).

Se as medidas adotadas por Frei, que tinham a intenção de gerir uma “modernização capitalista”, não foram bem recebidas pelas elites agrárias, a resposta destes setores e dos grupos empresariais às iniciativas adotadas pelo governo da UP foi ainda maior. Em 1971, grupos empresariais promovem *lockout*, incentivando greves de caminhoneiros de diferentes setores, o que resultou em uma crise de abastecimento e alta no valor dos produtos. A fim de controlar os preços, sobretudo dos alimentos, e recuperar o poder de compra das camadas populares, a UP criou as *Juntas de Abastecimiento y Precios* (JAP) atuantes em diversos bairros. Essas contavam com uma participação massiva feminina, sobretudo de donas de casa, que foram convocadas a se organizar e criar estratégias para auxiliar no controle dos preços e no abastecimento de alimentos em seus bairros (Contreras, 2012).

Partidos de direita, até então favoráveis ao governo, incluindo a Democracia Cristã, teceram severas críticas à gestão de Allende. O descontentamento e os ataques se desdobraram em mobilizações de massa contra Allende e o cenário fortaleceu iniciativas institucionais de tentar controlar ou limitar o governo, sobretudo por movimentações dentro das Forças Armadas que já articulavam um possível golpe (Garcia, 1984). Entre as mobilizações, encontra-se a *Marcha de las Cacerolas Vacías*, orquestrada em 1971, que teve como mote a crise de abastecimento e a alta inflação, ganhando adesão em várias cidades do país.

Em 11 setembro de 1973, o golpe militar teve início com a Marinha na costa chilena e, posteriormente, com os ataques aéreos e com as tropas e tanques que bombardearam o Palácio de la Moneda, sede presidencial. Allende e alguns aliados

políticos estavam na residência como uma forma de resistir ao golpe. O presidente foi morto no Salão da Independência.

Após o bombardeio, que deixou o palácio em chamas, uma junta das Forças Armadas tomou o poder e o general Augusto Pinochet assumiu a presidência que, a princípio, teria caráter rotativo. Assim como nos demais países do Cone Sul, a derrubada do governo foi justificada como uma medida para “salvar o país do comunismo” e, para cumprir tal fim, a Constituição foi suspensa, o Congresso fechado, os partidos de esquerda considerados ilegais e os de direita e centro, incluindo os que apoiaram o golpe, foram suspensos. Foi decretado estado de sítio, censura prévia e proibição de eleições em qualquer instituição. O cotidiano também foi alterado por meio de horários determinados para fazer compras e com a instauração do toque de recolher. Maria Lygia Quartim de Moraes afirma que os programas de rádio foram usados para divulgar uma lista de “subversivos” e incentivar a população a denunciá-los. Segundo a autora, “[...] as prisões transbordavam e o próprio Estádio Nacional foi utilizado como prisão, tortura e morte” (2001, p.16). Por meio da *Secretaria Nacional de Detenidos* (SENDET) e da *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA) foram gestadas perseguições, prisões, torturas e desaparecimentos de militantes políticos, artistas e intelectuais. Viviana Vargas (2012), ao tratar sobre o período, afirma que cerca de três mil pessoas foram executadas pelo regime militar e mais de 18 mil pessoas foram torturadas.

No plano econômico, o regime militar também revogou as medidas sociais adotadas nos dois últimos governos, colocando fim à reforma agrária e dando início ao projeto de privatização de diversos setores, como bancos e indústrias nacionais, incluindo serviços essenciais, como saúde e educação. Era o começo do novo modelo econômico, o neoliberalismo, do qual o país foi laboratório de experiências que deveriam ser implementadas em outros países latino-americanos.

Perry Anderson (1995) afirma que as concepções teóricas e políticas neoliberais surgiram na Europa e nos Estados Unidos, durante os anos de 1940, como uma reação ao intervencionismo das políticas do Estado de Bem Estar Social no pós-guerra. De acordo com os pressupostos teóricos neoliberais, a responsabilidade pelo acirramento da crise estaria na organização sindical e trabalhista que “corroía as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários”, levando os Estados a ampliar os gastos sociais. (1995, p.10).

O discurso encontrou solo fértil no Chile ditatorial, especialmente, após a queda de um regime socialista. Porém, as ideias neoliberais não eram novas no país. Durante o governo de Carlos Ibañez del Campo, o modelo foi proposto por meio da *Misión Klein-Saks*, uma empresa de consultoria privada norte-americana que atuou no Chile entre 1955 e 1958. O propósito era implantar um programa econômico liberal a fim de conter a inflação e seguir as recomendações do FMI. Neste período, o grupo de estudantes denominados *Chicago Boy's*, em retorno ao país, assumiu o ensino e a reformulação do programa de economia da Universidade Católica. Em 1958, sob a responsabilidade da nova equipe, foram ofertados cursos para o empresariado e, entre 1962 e 1963, foram criados o *Centro de Investigación Económica* (CIE) e o *Centro de Estudios Socioeconómicos* (CESOC). Muitos dos intelectuais chilenos formados em Chicago contribuíram com as páginas de economia do periódico *El Mercurio* e das revistas *Portada* e *Qué Pasa*. Esses meios de comunicação foram importantes difusores das propostas neoliberais no país (Stepan; Linz, 1999). Esses intelectuais também foram responsáveis pela elaboração do *El Ladrillo*, um plano de governo de base neoliberal que delineava os programas de cortes de médio e longo prazo e que foi aplicado pelo regime militar de Pinochet.

Neste sentido, Anderson avalia que, na contramão do que vinha sendo realizado até então, a “experiência piloto” do neoliberalismo chileno apresentou medidas severas para a população, tais como “[...] desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos e privatização de bens públicos” (1995, p.12). Por meio das análises do historiador, também podemos concluir que não surpreende que o neoliberalismo tenha sido implementado no Chile durante o golpe autoritário, pois a questão democrática não é central nas teorias que sustentam esse modelo econômico.

As medidas adotadas pela equipe econômica de Pinochet, a princípio, resultaram em rápido crescimento, fazendo com que o modelo servisse de inspiração para outros países. Os efeitos foram sentidos a partir da queda da inflação de 500%, em 1973, para 30%, em 1978. De igual modo, a substituição dos modelos de importação e exportação trouxe um acréscimo econômico, levando ao denominado “milagre econômico chileno”. Em contrapartida, o crescimento econômico veio acompanhado por uma alta taxa de desemprego, pela queda no valor do salário mínimo, pela precarização das relações de trabalho e pelo aumento da dependência externa (Rouquié, 1984).

Em uma tentativa de conter o desemprego, o governo adotou medidas como o *Programa Empleo Minimo* e o *Programa de Ocupación para Jefes de Hogar* que funcionaram entre os anos de 1974 a 1988, atendendo de 2 a 6% da população economicamente ativa. Vargas (2012) afirma que esses projetos foram pensados em caráter transitório, apenas para absorver o alto contingente de trabalhadores e de jovens desempregados, porém, acabaram dando corpo a um novo regime de trabalho marcado por precárias condições e pela ausência de garantia de direitos. Esses programas pagavam entre 40% a 60% do salário mínimo e institucionalizaram o subemprego no país. Isto é, em uma década, o Chile transitou de um país democrático, que almejava e implementava projetos de transformações sociais para uma ditadura militar que colocou em curso uma economia neoliberal, a qual afetou drasticamente toda a população, mas, sobretudo às mulheres. Neste sentido, neste artigo, abordaremos como o movimento feminista, em especial o socialista, se organizou e resistiu durante este período de violência política e econômica.

A (re)organização feminista em tempos ditatoriais e neoliberais

Desde meados do século XIX, encontramos publicações e grupos femininos e feministas destinados a debater e discutir as desigualdades e as possibilidades de ampliar os direitos das mulheres. No entanto, é a partir da primeira década do século XX que emergem coletivos feministas que interligam os debates relacionados à mulher às lutas de classe. Essas organizações utilizaram a imprensa para divulgar seus ideais e propostas. De acordo com Asunción Lavrin (2015) os periódicos *La Aurora*, *La Palanca* y *La Alborada* são exemplos de publicações feministas, de orientação socialista, que eram editadas por trabalhadoras que debatiam sexualidade, controle de natalidade e as assimetrias encontradas no mundo do trabalho. De igual modo, a socióloga Julieta Kirkwood (1986) afirma que, entre os anos de 1915 e 1924, houve uma proliferação de instituições, agrupamentos e coletivos de mulheres de diferentes classes sociais, econômicas e políticas que levaram, posteriormente, à fundação de duas organizações políticas, a saber: o *Partido Cívico Femenino*, em 1919; e o *Movimiento de Emancipación de la Mujer Chilena* (MEMCH), em 1935. Ambas as organizações se constituíram de forma autônoma e produziram periódicos para divulgar suas ideias, sendo que o primeiro



editou a revista *Acción Feminina* e o segundo publicou o jornal *La Mujer Nueva*, entre os anos de 1935 a 1941.

No entanto, Kirkwood advoga que após a breve participação na vida pública, de forma autônoma, houve um silêncio feminista. Isto é, depois de constituírem uma frente ampla de luta nacional pelo voto, não encontramos documentos que indiquem a presença feminista nos espaços de poder. A autora argumenta que as conquistas femininas foram logradas nos momentos de organização autônoma do movimento e que, após a entrada das mulheres em canais tradicionais de participação política, houve um silenciamento sobre as especificidades de gênero. Quartim de Moraes (2003), por seu turno, avalia que as chilenas tiveram atuação por meio dos sindicatos e partidos políticos, sobretudo os de esquerda. Além da conquista do voto, em 1949, Moraes afirma que, em 1957, três mulheres foram eleitas para a direção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, no ano seguinte, a primeira deputada eleita, Inés Enriquez, apresentou um projeto de descriminalização do aborto².

Nos anos de 1970, quando da emergência e irradiação de movimentos feministas pela América Latina, bem como da experiência compartilhada pelos regimes militares na região, assistimos a uma retomada de coletivos e agremiações femininas e feministas. Eliana Largo (2017) assevera que mulheres, que não se reconheciam enquanto feministas, passaram a se reunir em pequenos grupos para discutir acerca da situação política do país. Teresa Valdés (1987) analisa que a brutal repressão, iniciada em 1973, estimulou diversas mulheres a se organizarem em torno das vítimas da violência, dos presos, dos desaparecidos e exilados políticos. Elas organizaram grupos como a *Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos* e o *Mujeres Democráticas*, que tiveram papel fundamental no apoio financeiro aos familiares e na denúncia dos crimes da ditadura. As necessidades econômicas do período também fizeram florescer agremiações femininas, ligadas à Igreja católica, para discutir questões relativas à sobrevivência de suas famílias. Estas associações mobilizaram a construção de espaços comuns como refeitórios populares e infantis, oficinas de artesanato e cozinhas comunitárias. Ainda de acordo com

² O aborto terapêutico era garantido no Chile desde a década de 1931, mas foi revogado por Pinochet no momento final de seu regime militar, em 1989, momento que o aborto, em qualquer circunstância, passou a ser criminalizado. Desde então, a discussão sobre o tema no país foi cercada por tabus e apenas em 2017, durante o governo de Michelle Bachelet, foi aprovado um projeto de descriminalização do aborto em casos de estupro, de risco à vida da mulher ou de inviabilidade do feto.

a autora, mesmo sob o signo da repressão, militantes de diferentes partidos políticos deram origem à *Unión de Mujeres* (Udem), em Valparaíso e, em 1977, foi fundada, em Santiago, a *Asociación para la Unidad de las Mujeres* (ASUMA). Ainda no campo da organização de mulheres ligadas à oposição, foi criado o *Departamento Femenino de la Coordinadora Nacional Sindical*, constituído por operárias sindicalizadas, donas de casa e empregadas domésticas. Segundo Valdés e Weinstein (1993), este departamento foi um importante catalisador do movimento de mulheres e feministas que se formaria na década seguinte.

Com a privatização de vários setores, professores universitários, pesquisadores e militantes, que foram desalojados de seus espaços públicos de atuação, passaram a se organizar em torno de Organizações Não Governamentais (ONGs), contando, na maioria dos casos, com subsídios de agências de cooperação internacional norte-americana, tais como a Fundação Ford, Friedrich Ebert, Konrad Adenaur, Conselho Mundial de Igrejas, além da ICCO, da Holanda e da SIDA, da Suécia, que privilegiavam atuações de intervenção sociais centradas nos “[...] problemas de la pobreza, la organización popular y los derechos humanos (Moyano, 2016, p.5). Margarita Iglesias (2010) assevera que essas instituições serviram como estratégia de trabalho para profissionais das classes médias e ainda como forma de organização social para grupos intelectuais e antiditatoriais, permitindo a rearticulação das iniciativas sociais e políticas em diferentes segmentos da sociedade chilena. É exemplar deste caso a fundação do *Círculo de Estudios de la Mujer*, constituído por militantes e pesquisadoras acadêmicas e que se configurou como um importante locus de reflexão e discussão em torno dos efeitos do autoritarismo na vida das chilenas. O círculo contou, por certo tempo, com o resguardo institucional e o apoio financeiro da *Academia de Humanismo Cristiano*³.

Uma década após o golpe que instaurou o regime de violência política e econômica no Chile, vemos eclodir no país as denominadas Jornadas de Protesto convocadas em maio, pelo Comando dos Trabalhadores do Cobre (CTC), responsável

³ Em 1983, frente aos debates sobre o aborto, a academia cristã retirou seu apoio ao grupo e este acabou se diluindo e dando origem a duas novas instituições, apresentadas anteriormente, o *Centro de Estudios de la Mujer* (CEM), com um caráter mais acadêmico; e, a *Casa de la Mujer La Morada*; consolidada como uma ONG feminista. A La Morada, como ficou conhecida, figurou como uma das maiores ONGs destinada às discussões de gênero, fomentando publicações, palestras, além de dirigir a *Rádio Terra*, um canal para a comunicação feminista.

pelas primeiras articulações de greves e protestos que eclodiram na década. Esta ação, a princípio limitada, teve um efeito catalisador, fazendo com que outros setores da sociedade civil aderissem de forma espontânea às jornadas. Em datas específicas a população tomou as ruas centrais e os bairros periféricos, com manifestações e barricadas, exigindo melhores condições de vida e o retorno ao regime democrático. Essas manifestações ocorreram no período em que a crise econômica se acentuou, refletindo em uma alta taxa de desemprego, inflação e uma severa queda no salário mínimo. As jornadas ocorreram por todo ano e se estenderam até o ano de 1986, quando foi decretado estado de sítio diminuindo a força dos movimentos.

Foi neste contexto que, de forma unificada, o movimento feminista se reorganizou e reapareceu com a insígnia “*Democracia en el país y en la casa*”, em julho de 1983, data em que ocorreu a terceira jornada nacional. Com este lema, o movimento, composto por feministas e coletivos femininos, exigia não apenas o retorno à democracia, mas também uma redefinição da própria noção de democracia a partir das assimetrias de gênero que incidiam no cotidiano das mulheres, sobretudo nas esferas doméstica e familiar. Esses debates eram expressos por meio de diversas publicações, femininas e feministas, a exemplo dos boletins *Vamos Mujer* e o *Tu Voz Mujer*, ligados, respectivamente, ao Comitê de Defesa dos Direitos da Mulher (CODEM) e ao *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR); da publicação *Nos/otras*, que foi editada em colaboração por diversas instituições de mulheres, como a ISIS e a La Morada; *Palomita*, organizado pelo coletivo Domitilas, formado por mulheres trabalhadoras da zona sul de Santiago e o *Cigarra*, vinculado ao Comitê Pró Unidad de la Mujer. Essas publicações nos dão indícios da pluralidade de associações de mulheres no período, bem como de suas distintas pautas e demandas. Foi neste período que circulou pelas ruas de Santiago o periódico *Furia*, editado pela *Federación de Mujeres Socialistas*, da qual nos debruçaremos.

¡Tenemos Furia! A imprensa socialista e as discussões sobre a origem da opressão feminina



Em março de 1981, foi publicado o primeiro número da Revista Furia. Mimeografada, a publicação tinha cerca de 20 páginas, composta por textos e charges feitas à mão⁴. Seu primeiro editorial expôs que aquela era uma publicação de mulheres socialistas que estavam dispostas a discutir e refletir, publicamente, “[...] *lo que ha significado para nuestra condición de mujeres, la existencia de un régimen excluyente y autoritario, en lo cual se ha acentuado dramáticamente los rasgos de discriminación tradicional de la mujer en nuestra civilización*” (Furia, 1981, p.1).

Como sabemos, a imprensa figurou, ao longo dos séculos XIX e XX, como um importante espaço para que as feministas pudessem difundir suas ideias e demandas (Perrot, 2008). Neste sentido, a imprensa feminista é uma importante fonte para compreender não só as pautas e demandas por direitos, mas as concepções ideológicas do que se definia como feminismo e, neste caso, como feministas socialistas. A publicação foi editada em um período de intensa repressão e censura; portanto, sua circulação não era autorizada. Além disso, era integrada por militantes socialistas, isto é, um dos alvos do regime militar. Em vista disso, os textos foram assinados por pseudônimos, como os de *Adela H⁵*, *Beatrice* e *Julia*, em um tom engajado e comprometido em pensar como o novo regime político e econômico afetava o cotidiano feminino, bem como as relações entre feminismo e socialismo.

Furia definia-se como uma publicação alinhada ao feminismo autônomo e ao projeto socialista. Entre os anos de 1981 e 1984, foram publicados seis números, autofinanciados e que não tiveram uma publicação regular. Os três primeiros números foram semestrais e os demais passaram a ser anuais. Também não havia um número de páginas padrão e nem preço para a compra dos exemplares. Existia apenas um endereço de correspondência onde poderiam ser enviadas sugestões, cartas ou a solicitação de um

⁴ A revista tinha seções regulares como: o editorial; “*Viviamos, trabajamos y luchamos*”, onde eram discutidos temas a respeito das condições de trabalho das mulheres; “*Correo de las Furias*” que trazia cartas e textos enviados, *El lugar de la mujer en el mundo de Pinochet*, reservado para a crítica à situação da mulher no regime político vigente e a “*Analisis*”, onde era apresentado o texto teórico sobre temas como patriarcado e ideologia.

⁵ *Adela H* era o pseudônimo de Julieta Kirkwood, socióloga, militante socialista e referência do feminismo chileno. Atuou no *Círculo de Estudios de la Mujer* e no *La Morada*. É autora de publicações como *Ser política en Chile: las feministas y los partidos políticos* (1982); *El feminismo como negación del autoritarismo* (1983); *Nudos de la sabedoria feminista* (1984), além de outras publicações editadas postumamente. K A respeito de Kirkwood ver: BARRANCOS, Dora. *La pasión feminista según Julieta Kirkwood*. *Nomandias*, Santiago, n. 8, 2008.

exemplar. Tendo em vista o contexto de censura e repressão vigente no período, não sabemos como o jornal era impresso ou como circulava.

Em sua segunda edição, o periódico justificou a escolha do nome, chamando a atenção para como as mulheres são vistas ou encontradas nas narrativas históricas:

[...] Se encontró que había dos historias. Una heroica y otra trágica, siguiendo la lectura de la dominación, o de los que sufren. La otra simplemente no existía, allí nunca se ha dicho: y se refiere al mundo domesticado, esta existencia silenciosa de mil horas del tejer, cocinar, cambiar pañales, limpiar, hacer compras, enseñar (...) y otra vez ascender el fuego, poner la botella, hacer las camas, apoyar, hacer la comida. Se llama la vida privada, y que para nosotras más bien parecía haber privado a la mujer de la vida, de tener una vida humana. Por eso no queremos tener nombre de heroína, porque no creemos en la existencia de estas. [...] Fue entonces que nos preguntamos cómo y qué sentíamos ahora, después de dos mil años de opresión y ocho años de dictadura (que ha puesto lo suyo, sin contrapeso, a la sumisión y degradación de las mujeres chilenas). Nuestra respuesta entonces fue unánime; ¡tenemos furia! No la furia ciega del golpe tras golpe. Nuestra furia es conciencia; es mirar nuestra situación honestamente, buscarle sus causas, discutir sus efectos en la sociedad humana (Editorial, Furia, 1981, p.3.)

O texto enfático do editorial, partindo de uma perspectiva marxista, ressalta que tratar da história das mulheres é tratar de uma história silenciada. Uma história marcada por jornadas de trabalhos não remunerados que são justificados por uma suposta "natureza feminina" e que, por muito tempo, privou as mulheres de exercer outras atividades ou as sobrecarregou com duplas e triplas jornadas de trabalho. Essa perspectiva não era nova e já era assinalada pela teórica feminista, Alexandra Kollontai, na década de 1920. Kollontai (1937) avalia que a sociedade capitalista e patriarcal trouxe para a mulher um fardo excessivo ao lhe atribuir, ao mesmo tempo, três tarefas: a de esposa, a de trabalhadora e a de mãe. Frente a isso, advoga que as mulheres, dentro do regime capitalista, jamais conseguiram sua total liberdade e equidade em relação aos homens, pois a autonomia feminina viria a partir da instauração de um regime socialista que asseguraria à mulher seus direitos, entre os quais aqueles que defendessem o interesse da criança e da mãe e, portanto, solucionará, definitivamente, o problema das mulheres. Logo, a autora e militante refletia sobre a divisão sexual do trabalho e propunha maneiras de o Estado sanar os problemas gerados às mulheres pelas tarefas não remuneradas ligadas às atividades do cuidado, especialmente enquanto mães.

Por este caminho, o periódico cedeu espaço para discussões mais teóricas sobre as opressões que recaiam sobre as mulheres. A seção *Análisis* trazia, em sua maioria, textos autorais que versavam sobre a origem da opressão da mulher. Na segunda edição, foi publicado o artigo intitulado “*Mujer y Socialismo*” no qual, em um dos subitens, intitulado “O patriarcado”, o texto questiona as narrativas da “História Oficial” para compreender quais são as causas da opressão que incidem sobre as mulheres. O artigo questiona afirmações como as que “las mujeres son amas de casa y madres por la naturaleza” e “durante toda la historia ha sido así” e argumenta que essa explicação deriva das análises patriarcais, que partiam de uma visão de história primitiva na qual as mulheres, por engravidarem, teriam que ficar imbuídas dos trabalhos relativos ao espaço privado, enquanto os homens, por serem mais fortes e musculosos, estariam destinados aos trabalhos externos, como os de provedores e caçadores. Assim artigo refuta as explicações fundamentadas nos “dados da biologia” e afirma:

[...] En el movimiento femenino ya no creemos en esto, nacemos como gente y nos hacen hombres y mujeres – las diferencias biológicas que existen entre hombres y mujeres no son suficientes para explicar las vidas completamente distintas que tenemos y las características distintas que nos atribuyen. Tenemos una serie de razones por las cuales creemos en esto. (Furia, 1981, p. 18.)

Essa visão do artigo estava em diálogo com pressupostos defendidos pela antropóloga Margaret Mead (1935)⁶, quando afirma que, em outras culturas, os arranjos sociais entre homens e mulheres não seguiam a mesma dinâmica que nas sociedades ocidentais e que os atributos considerados por nossa sociedade como naturalmente masculinos, como ser “ativo e corajoso”, não tinham o mesmo significado para outros povos. Com este dado questionou uma narrativa despreocupada com a historicidade, pois, sugeria que a “condição feminina” não era a mesma ao longo da história, e que cada época atribuía valores diferentes para o que era definido como mulher. Por essa perspectiva, era possível questionar a imutabilidade e a linearidade da história que sempre atribuía às mulheres os mesmos espaços e lugares.

Como uma publicação socialista, o texto também tratou, com um viés revisionista, das explicações dadas por Engels sobre as sociedades primitivas

⁶ Em 1935, a antropóloga norte-americana Margaret Mead publicou o livro intitulado *Sex and Temperament in three primitive societies*, que viria a se tornar um importante referencial para o feminismo.

matrilineares. Avalia que, se por um lado essas análises permitiram romper com uma visão de que as mulheres não tinham um papel ativo em períodos remotos, inclusive tendo uma grande importância para a sociedade; por outro, não era possível defender a existência de tais sociedades e tampouco compreender como ocorreu a passagem do “direito maternal” para o patriarcado. Isso, no entanto, não implicaria em não desejar “que cambie la posición de la mujer” e, para isso, novamente, o periódico insistiu no conhecimento sobre as mulheres na história. Concluí que, para aquele momento, no qual o poder masculino não poderia ser explicado pela força física, “[...] es importante para nosotras saber cuáles son los factores sociales que determinan que las mujeres sean oprimidas y cómo cambiar estos factores en el curso del tiempo (Furia, 1981, p.21)”.

Nota-se que os argumentos caminham para uma ênfase no caráter cultural que fazia com que homens e mulheres fossem colocados em posições antagônicas, resultando em formas de opressões diferentes. Nesta direção, o artigo intitulado “*Ideologia*”, publicado na quarta edição, em 1982, afirma que as mulheres e os homens assimilam os papéis masculinos e femininos em uma dada sociedade. O texto aponta que a posição que as mulheres ocupam na sociedade, apesar de estar diretamente relacionada à estrutura econômica, não pode ser explicada apenas pelas circunstâncias materiais. Segundo o artigo, não seria correto afirmar que o capitalismo e os homens, naquele período, enviavam as mulheres para a cozinha à força e nem que estas não se casavam por vontade própria. Deste modo, problematiza os motivos que fazem com que as mulheres se posicionem como subalternas e os homens como dominadores.

Para entender as bases socioculturais que atravessam esse processo, o artigo recorre ao conceito de ideologia, compreendido como o “total de normas y valores en un período histórico determinado que está relacionado con la concreta como vive la gente” (Furia, 1981, p.22). A ideologia estaria presente nas instituições sociais, a exemplo da família, que revestidas de poder, preparam, desde o nascimento, homens e mulheres para o papel que deverá cumprir na sociedade. Como exposto: “[...] La imagen del que debiera ser una mujer está muy adentro de nosotras. Desde el momento que nacemos, y nos ponen ropa rosada en vez azul, nos preparan para nuestro futuro papel de mujer. Eso también no siempre sucede conscientemente” (Furia, 1982, p. 30). Esse processo, no entanto, não era consciente, pois tratava-se de uma assimilação da ideologia, que “internalizava” os papéis masculinos e femininos, gerando assimetrias que poderiam ser percebidas em diferentes

contextos, como no número menor de mulheres nas Universidades ou na dependência financeira feminina pela falta de acesso a postos de trabalho.

Em 1986, o periódico voltou a defender a descoberta da dimensão cultural dos problemas femininos. No artigo “*El Feminismo y los Movimientos Sociales*” foi afirmado que essa nova base teórica, que veio à tona após a II Guerra Mundial, permitia sair da “dicotomia explorado/explorador”, que visava dar conta de explicar as origens da opressão sobre a mulher e avançar sobre os mecanismos ideológicos que sustentam o patriarcalismo nas instituições sociais. Ao final, avalia-se que essa dimensão “biocultural” não apresenta apenas uma mudança, mas uma revolução no desenvolvimento do feminismo, pois:

[...] Lo significativo e importante es que este proceso de redimensionamiento de lo cultural avanza hasta ubicar la problemática de la mujer en una dimensión extraordinariamente novedosa, que está en relación con la especificidad biológica de la mujer. En su condición de seres reproductores de otros seres y comprometidas, por lo tanto, en un proceso gestativo-afectivo único, son las mujeres seres con una naturaleza muy propia: únicas como mujeres y diferentes, no inferiores, a los hombres. De este modo lo cultural y lo específicamente biológico de la mujer se amalgaman en una nueva dimensión: bio-cultural, que en los últimos años entra a constituir la base de las luchas feministas (Furia, 1984, p.14)

Há, neste argumento, uma justaposição entre "natureza" e "cultura", sendo este último acionado para compreender as transformações na compreensão dos papéis e lugares que foram condicionados às mulheres e que foram garantidores de formas diferentes de opressão aos homens. No entanto, não se abre mão de uma especificidade ligada à natureza, afinal, segundo o artigo, a mulher é única por sua qualidade de gestação e, conseqüentemente, de afetividade. Isso a torna diferente dos homens, mas não resulta em hierarquia ou inferioridade. Ou seja, há o “sexo” que é natural, com suas funções e diferenças; e há o “corpo cultural”, que é composto por características e atributos que cada sociedade constrói sobre a sexualidade. Por outro lado, ao ressaltar a especificidade “biológica” da mulher, o que lhe permitia ser mãe, e o seu papel na transferência cultural,

incorporou a maternidade como um atributo não só específico, mas também como extremamente importante enquanto agente político⁷.

A perspectiva defendida por *Fúria* para tentar compreender as formas de opressão que recaem sobre as mulheres, notoriamente, dialoga com o arcabouço teórico de Beauvoir e Mead, uma vez que enfatizam os aspectos culturais, ainda que sem abandonar totalmente uma base biológica. No entanto, seus argumentos também estão alinhados ao pensamento da nova esquerda, expresso por Juliet Mitchell, ao localizar nas instituições sociais, a responsabilidade pela disseminação dessa ideologia dominante, que tem como propósito assegurar o patriarcado. Contudo, quando aciona o termo “biocultural”, está lançando um discurso político que vai ao encontro de seus interesses. Isso porque, a publicação tinha entre seus objetivos combater a imagem da mulher que era utilizada pelo regime de Pinochet como “heroína” da nova nação. Por outro turno, também almejava que as demandas feministas fizessem parte do projeto político do socialismo, especialmente da ala renovada chilena. Por isso, defende que não é possível compreender a opressão das mulheres apenas pelo viés materialista, é preciso avançar também na discussão sobre como a ideologia avança culturalmente e introjeta papéis hierárquicos para homens e mulheres, sobretudo dentro da família, onde o trabalho da mulher era invisibilizado. E este será um dos pontos que o periódico irá se debruçar.

O impacto do neoliberalismo no trabalho feminino

No contexto chileno, como dito, a crise econômica decorrente do plano neoliberal, levou a um significativo aumento do número de desempregados e o crescimento da pobreza. A partir de 1981, os efeitos das medidas neoliberais tornaram-se mais fortes e, segundo a autora, entre os anos de 1980 e 1984, o desemprego feminino praticamente dobrou, indo de 10.7% para 19%; enquanto o masculino passou de 12.1% para 15,9%. Logo, no ápice da crise, 75% das mulheres estavam inseridas em ações governamentais. Susan Franceschet (2012) afirma que essa nova relação de trabalho afetou drasticamente as relações de gênero, pois, devido ao desemprego de parcela dos homens, várias famílias se separaram e as mulheres assumiram a chefia da casa e o cuidado com as crianças. Esses

⁷ Sonia Alvarez (1988) analisa que a maternidade militante, isto é, acionar o papel das mulheres para acionar demandas políticas foi muito recorrente no Brasil e em outros países da América Latina.

fatores imbricados resultaram no que Diane Pearce (1978) denominou de “feminização da pobreza”.

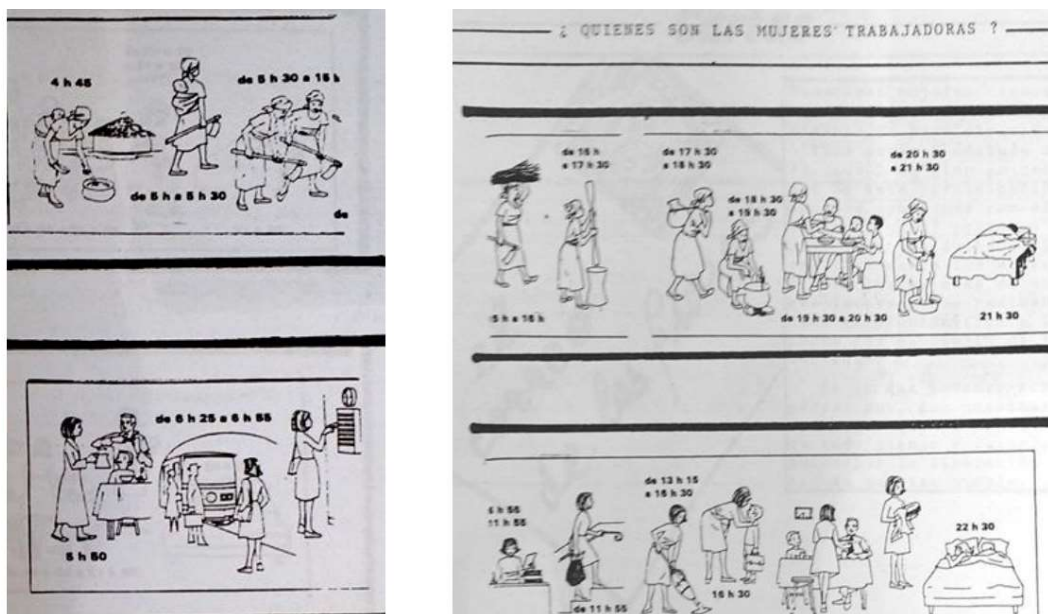
Essa situação tênue para as mulheres as levou a assumirem trabalhos precários tanto no campo quanto nas cidades. Em 1982, a terceira edição de *Furia* trouxe uma matéria intitulada “*Empleada para todos los servicios*”, publicada na seção “*Vivimos, trabajamos y luchamos*”, que narrava a jornadas de algumas mulheres divorciadas ou mães solteiras, que foram demitidas de seus empregos nas fábricas e estavam trabalhando como empregadas domésticas. Uma entrevistada afirmou ao periódico que o ofício era visto como “inferior”, pois era tido como algo “sem valor” e, portanto, não era passível de direitos ou de uma remuneração adequada. No caso das “amas de casa”, a questão era ainda mais problemática, pois a gratuidade do trabalho era condição *sine qua non*.

A matéria também se voltou para o cotidiano das mulheres na área rural. Como dito, entre os anos de 1960 e 1970, o Chile avançava em um programa de reforma agrária, que foi totalmente aniquilado na ditadura de Pinochet. Assim, a matéria trouxe o relato de uma das militantes, com o pseudônimo de Clara, que passou alguns dias no campo junto às trabalhadoras. Sua narrativa mostra o esforço das mulheres ao carregarem as ferramentas, junto dos filhos que, independentemente da idade ou do sexo, acompanham e ajudam na colheita. Ressalta que grande parte das mulheres havia migrado para o campo por conta do desemprego e da precariedade de condições de vida nas cidades.

Dois pontos, especialmente, chamam a atenção da militante: o silêncio das mulheres, que não cantavam ou riam durante todo o período e o retorno dessas, com seus filhos nos ombros, para a casa. Neste último, a volta para casa significa a continuidade do trabalho. Em relação ao total silêncio, o mesmo foi justificado como uma condição indispensável para a garantia do precário trabalho. Também foi apontado que o salário não era igual para homens e mulheres. “[...] *Ese trabajo delicado de la mujer al manipular el damasco, la uva y los tomates de exportación, es muy mal pagado. A las mujeres no pagan las horas extras, pero a los hombres, aunque igual son temporeros, les pagan las horas extraordinarias* (Furia, 1982, p. 7)”. Os dois fragmentos indicam as formas de exploração do trabalho feminino, seja no âmbito doméstico, já que seu trabalho não era remunerado e era percebido como uma extensão de sua “função biológica” ou, ainda, da falta de paridade de condições e salários em ofícios realizados, igualmente, por homens e mulheres. Neste sentido, a Revista denunciava o impacto do neoliberalismo na vida das

mulheres chilenas, ao mesmo tempo, que chamava a atenção para a invisibilidade do trabalho doméstico como força de trabalho. A matéria supracitada veio acompanhada de um quadro, comparando a jornada de trabalho de mulheres no campo e na cidade, com horários e atividades laborais distintas, mas que se uniam nas horas empregadas em cuidar da casa da limpeza da casa, da alimentação e cuidado para com os filhos e maridos, como podemos ver na figura abaixo.

Figura I. A jornada de trabalho feminina



Furia, 1981, p.8

Andrea Nye (1995) afirma que após a crise do modelo soviético, as feministas marxistas tentaram reter a determinação econômica de Marx e analisar a opressão sobre as mulheres na esteira do funcionamento dos dispositivos econômicos do capitalismo. Elas tinham o intuito de suplementar a teoria marxista de modo que esta pudesse ainda ser alcançada pelo movimento. Por esse caminho, tentaram demonstrar que o trabalho doméstico, realizado pelas mulheres dentro do núcleo familiar, também era “produto de valor”. Sendo assim, Nye advoga que a defesa do trabalho doméstico como algo produtivo teve um forte apelo emocional, pois, o não reconhecimento do trabalho

doméstico pelos partidos e militantes de esquerda soava “como uma depreciação grosseira das realizações importantes da mulher” (1995, p.75).

Ao longo dos seis números, encontramos matérias que discutiam, justamente, as longas horas de trabalho feminino, no intuito de contrapor a visão hegemônica de que os homens, além de trabalharem mais que as mulheres, tinham funções mais árduas.

[...] Todo el mundo dispone de las mismas 24 horas diarias; y el memo en que cada cual las gasta (o se va forzado a gastarlas), es algo que podemos evaluar y comparar, perfectamente. [...] De la mujer campesina, se afirmará que no trabaja: ‘está en su casa’; la mujer de la ciudad, será ‘trabajadora de media jornada’, o de ‘medio tempo. Pero...! Los relojes no mienten! (Furia, 1982, p.6)

A matéria discutia, justamente, como as atividades destas mulheres apareciam apenas como um mero "complemento financeiro" da principal fonte de sustento da casa, ou, ainda, no caso das atividades ligadas ao cuidado da casa e da família, como um “não-trabalho”. Essa invisibilidade era ainda maior quando se tratava das mulheres camponesas, pois, além do não reconhecimento das atividades domésticas como trabalho, o próprio trabalho nas atividades agrícolas não era conhecido como força de trabalho. Isso nos demonstra as clivagens de classe e gênero, mas, também, geográficas, uma vez que esses fatores, combinados, colocam as mulheres do campo em maior vulnerabilidade. Mas, quais eram as possibilidades de superação destas formas de opressão? O projeto socialista possibilitava esse debate? Era possível continuar feminista e socialista?

Feminismo e Socialismo: caminhos possíveis?

A historiadora marxista, Juliet Mitchell, avalia que apesar dos pensadores marxista-leninistas reconhecerem “o problema da subordinação das mulheres e a necessidade de sua libertação (...) talvez nenhum outro grande tema tenha sido tão esquecido” para as esquerdas como a questão das mulheres (2006, p.204). Eva Blay, ao tratar do contexto do Cone Sul latino-americano, avalia que, nos anos de 1960 e 1970, “[...] considerava-se diversionista quando as mulheres reivindicavam salários iguais ou queriam equipamentos para as crianças. A divergência entre homens e mulheres da mesma camada trabalhadora revelava diferenciações de necessidades e interesses não respeitados em nome de uma “luta única””(Blay, 2019, p.22). Neste mesmo caminho,

Cinzia Arruzza afirma que a história do movimento de mulheres e do movimento operário é marcada por "[...] por alianças, encontros malogrados, aberta hostilidade, amores e desamores" (Arruzza, 2010, p.19). A filósofa faz um percurso sobre as relações entre os movimentos de mulheres e de feministas, na Europa e na União Soviética, demonstrando que, se muitas demandas se encontravam, sobretudo quando se tratava das opressões no campo do trabalho, houve uma resistência, quando não uma negativa de grande parte dos partidos, em reconhecer as especificidades de gênero que permeiam os debates de classe, fazendo com que as mulheres aprendessem a se organizar de forma autônoma pela sua emancipação. Dentro dos debates travados em *Fúria* foi possível encontrar sinais destes encontros e desencontros.

O contexto específico do Chile, associado à circulação de ideias e debates do período, levou as feministas a se organizarem de forma autônoma dos partidos políticos. Marcela Tobar, Lorena Catalán e Elizabeth Caviedes (2003) afirmam que, no Chile, de um lado, o regime militar demonizava as organizações tradicionais de fazer política e, ao mesmo, enaltecia o papel das mulheres como salvadoras da nação; de outro, havia uma resistência dos partidos de oposição de reconhecerem as especificidades das lutas femininas, como a violência e o assédio sexual e o direito ao aborto, como temas políticos. Deste modo, como afirmam as autoras, ao final dos anos 70, o movimento que surge é:

[...] un feminismo que se plantea en oposición al autoritarismo militar, pero, también a las formas tradicionales de hacer política, al estatismo de los actores políticos y al reduccionismo economicista que segaba los discursos de izquierda y que relegaba las aspiraciones de igualdad de género a un lugar secundario en la lucha por transformar la sociedad (Catalan & Caviedes, 2003, p. 45)

Como dito, em 1983, as feministas chilenas foram às ruas com a insígnia “Democracia en la casa y el país”, que endossava que, não bastava o retorno à democracia, era necessário combater e erradicar o autoritarismo em todas suas facetas, incluindo aquele que se fazia presente dentro das relações familiares. Em *Fúria*, encontramos discussões que vão enfatizar a necessidade de o socialismo repensar seu discurso sobre a família. Kirkwood que, além de socióloga, era o pseudônimo de *Adela H.*, do corpo editorial de *Fúria*, advogou à época que os problemas relativos às mulheres foram esquecidos tanto pela direita, quanto pela esquerda. Para a autora, em ambas as frentes, a discussão se restringiu ao papel da mulher na família, a partir de uma narrativa

conservadora, sem questionar as próprias hierarquias constituídas dentro daquele núcleo. Isto é, para a autora, a esquerda chilena disputou com a direita a defesa da família conservadora.

[...] las formulaciones más combativas en el discurso izquierdista-progresista radican en la disputa, con la derecha, de la condición de adalid de la defensa de la familia – léase la familia proletaria – que se defina como ‘núcleo revolucionario básico’, pero dejando intocadas las redes interiores jerárquicas y disciplinares que conforman históricamente la familia, sin alterar la reproducción de su orden en la socialización infantil. Con ello la izquierda disputa – sin quererlo- la reivindicación de los valores del orden conservador (Kirkwood, 1986, p.79)

Furia foi uma porta-voz dessa crítica. No entanto, é importante elucidar que o periódico foi editado por militantes ligadas ao denominado *nuevo socialismo*, que fazia parte da conjuntura específica do *Partido Socialista Chileno* (PS). Desde o golpe de 1973, a esquerda chilena passou por uma crise em torno de seu projeto político, levando a debates e tensões. As discussões que culminaram na separação do PS tiveram início no exílio, tendo como pano de fundo o contexto europeu, marcado pelo eurocomunismo e pela crise do socialismo real, especialmente no leste europeu. Alguns militantes e intelectuais socialistas, durante o exílio, entraram em contato com o pensamento de Gramsci e passaram a defender um projeto político que privilegia a democracia que, até então, era vista como algo “burguês”. Este grupo argumentou que a democracia era uma medida de oposição às formas autoritárias, tanto de direita, quanto de esquerda (Walker, 1998). Em 1979, o PS foi dividido entre a ala do “*nuevo socialismo democrático*”, dirigida por Carlos Altamirano, e a parte mais “ortodoxa”, que seguia as balizas marxista-leninistas⁸. A *Federación de Mujeres Socialista* estava inserida dentro desta perspectiva do socialismo renovado. A organização contra argumentava sobre a possibilidade de realizar uma militância dentro do partido político, mas, não em conciliar feminismo e socialismo, pois, para esta vertente, os dois projetos eram inseparáveis. Para o periódico não existia a possibilidade do socialismo sem o feminismo.

⁸ Essa frente foi conduzida por Clodomiro Almeyda. Ao lado do PS *Altamirano*, como ficou conhecido, alinharam-se distintas organizações de esquerda como o *Movimiento de Acción Popular Unitária* (MAPU) e o *MAPU-Obrero Campesino*, além de intelectuais da esquerda. De acordo com Eça Pereira da Silva (2013), a leitura de Gramsci por membros do PS levou a um estreitamento das relações com a *Democracia Cristiana*, possibilitando uma recomposição da aliança política antiautoritária.



Frente a isso, a publicação criticou os discursos ortodoxos que argumentam que o feminismo era um estrangeirismo pequeno-burguês que não corresponderia às experiências das latino-americanas, sobretudo às mulheres populares, sendo, portanto, apenas um modismo de “intelectuais burguesas”. No artigo publicado, *"Por qué somos feministas: las preguntas olvidadas"*, na seção *Análisis*, em 1981, o periódico contrapôs esse argumento dizendo que, se assim o fosse, o mesmo caberia à perspectiva marxista que, tampouco, surgiu no contexto das realidades latino-americanas:

[...] Otra acusación al feminismo, es que éste como fenómeno social es propio de los países desarrollados y que poco o nada tiene a ver con América Latina. El hecho de que el feminismo haya nacido en los países ricos no significa que las mujeres de América Latina y del resto del mundo no puedan nutrirse de esa corriente. Si así fuera, el marxismo – también nacido en un contexto social diferente al nuestro – no podría encontrar cabida entre nosotros. También se dice que la formulación feminista no interesa a las mujeres de pueblo sino a las intelectuales “pequeño-burguesas”. De igual modo podría sostenerse que al pueblo, en un momento dado, no le interesa la revolución sino la satisfacción de ciertas reivindicaciones inmediatas (*Furia*, 1981, p. 12.)

Por este caminho, *Furia* defendeu, arduamente, a autonomia do feminismo, fazendo duras críticas ao Partido Socialista, de forma geral, e à maneira como o socialismo foi conduzido. Mas, também, dentro das complexidades que envolvem as relações entre feministas e o marxismo, seguiu argumentando que ambos eram “indissociáveis”. Para sustentar esse propósito, trazia citações de Jean Paul Sartre, Herbert Marcuse e Antonio Gramsci, intelectuais ligados à renovação intelectual da esquerda europeia. Esses nomes não eram citados ao acaso. Marcuse, em 1977, escreveu um artigo com o título “Feminismo Socialista”, no qual idealiza a construção de um socialismo próximo às qualidades que ele considerava próprias do feminismo e contrárias ao capitalismo (Castro, 2000). Sartre, além de envolvido empírica e teoricamente na renovação do pensamento das esquerdas, estava ao lado de Simone de Beauvoir, referência do feminismo francês dos anos de 1960. E, a obra de Gramsci foi nodal na renovação política da esquerda latino-americana, sobretudo no que tange a relação entre cultural e política.

Em seu último número, em 1984, três artigos indicam as tensões existentes dentro dessa relação. Em um período em que os partidos e grupos políticos ganhavam espaço

como força opositora ao regime ditatorial, o espectro da cooptação e do controle de suas demandas alarmava as feministas. Por outro lado, interroga-se de que maneira o movimento deveria pressionar o Estado para obter êxito em suas bandeiras, isto é, o feminismo deveria participar da reconstrução partidária ou se fortalecer enquanto movimento social autônomo?

No texto *¿Articulando los Fragmentos?*, a possibilidade de um encaminhamento para esse impasse foi abordada partindo de relatos de mulheres, durante uma reunião autônoma, que tinham como objetivo propor alternativas ao tradicional modelo de política baseado no verticalismo. As organizadoras convocaram feministas independentes e aquelas ligadas aos partidos políticos, com o intuito de avaliar, ainda, a possibilidade de montar um ato das mulheres da *Convergência Socialista* durante as manifestações do Dia Internacional da Mulher daquele ano. De acordo com o artigo, o encontro tinha como propósito discutir aproximações de mulheres que viam tanto dentro das causas feministas quanto das socialistas, demonstrando que não havia contradições dentro destas duas perspectivas ideológicas. Como exposto:

[...] Pensamos en un movimiento donde tengan cabida todas aquellas mujeres que se sientan identificadas con estos elementos: ser mujer y ser socialista. Y aquí caben las mujeres que están en los más diferentes frentes: mujeres militantes de los partidos, mujeres militantes del movimiento feminista, las mujeres que están en la lucha sindical, etc. Ahí no vemos ninguna contradicción. Queremos terminar, entre otras cosas, con que unas somos feministas y otras militantes. El hecho de que las mujeres militantes participen en el movimiento de mujeres nos permite tener más fuerza para lograr nuestra propia identidad, y desde ahí, desde la reflexión que se haga con otras mujeres ser capaces de llevar a los partidos las proposiciones desde nuestra condición de mujer (*Furia*, 1984, p. 26.)

Além disso, o texto aponta para a necessidade de superação do discurso de que “umas eram feministas e outras militantes”, assinalando, ainda, para os embates dentro do próprio feminismo latino-americano sobre a “autenticidade” da militância. O artigo conclui que o caminho para o feminismo, ao lado do socialismo, ainda era longo.

Este foi o último número publicado pelo periódico que saiu de circulação sem despedidas. Parte disso pode ser explicada pelo aumento da violência contra a oposição após os eventos ocorridos em 1983. Como reação, Pinochet decretou, novamente, estado de sítio no país. Mas, também, pode ser compreendida pela fundação, naquele mesmo



ano, do *Movimiento de Mujeres Socialistas* (MMS). Javier Yagués (2012) afirma que a agremiação era composta por uma diversidade de mulheres, entre feministas, donas de casas, militantes e estudantes que se identificavam com o socialismo, mas defendiam sua autonomia e identidade frente ao partido e que “[...] apostaba por trabajar de forma específica todo aquello relacionado con las mujeres pero sin dejar de colaborar con el Partido Socialista en la lucha por objetivos comunes” (p.155). De acordo com o autor, neste período, parte das exiladas que retornou ao país tentou incorporar as discussões feministas, alçadas no exterior, em seus partidos políticos, mas foram rechaçadas, inclusive por algumas mulheres que consideravam a proposta “un hacer política novedoso”. Tais circunstâncias teriam levado muitas militantes a abandonarem as fileiras partidárias e decidirem “transitar autónomamente a través de organizaciones específicas de mujeres (p.112)”. A análise de Yagués pode nos dar pistas dos rumos que o corpo editorial de *Furia* tenha seguido. No entanto, é importante frisarmos que, ainda que esta tenha sido a tônica do movimento e que encontrava eco nos feminismos latino-americanos, em realidade, no Chile, os movimentos de mulheres e feministas acabaram se organizando, ao longo, inclusive, dos anos de 1990, em ONGs, o que trouxe implicações para a construção de políticas públicas e o avanço no campo dos direitos durante a redemocratização.

Considerações Finais

Na atualidade, assistimos a um reflorescimento dos debates sobre a importância de os feminismos discutirem os efeitos do capitalismo e do neoliberalismo no cotidiano das mulheres, especialmente as latino-americanas. Parte deste movimento vem de uma crítica que, a partir das discussões de gênero, ocorreu um distanciamento dos feminismos em relação à crítica ao capitalismo. A análise do periódico chileno, *Furia*, nos permite enveredar um pouco por este momento de transição, no qual as discussões sobre as implicações da dimensão cultural nas formas de opressão feminina começam a ganhar fôlego. Por meio da análise desta publicação feminista socialista, podemos ver como a circulação de teorias e críticas feministas, tanto de marxistas quanto de outras áreas,

compôs a argumentação do periódico sobre as origens da opressão feminina, rompendo uma perspectiva dicotômica vigente até então.

Neste mesmo caminho, acompanhamos como as balizas teóricas de autores marxistas foram utilizadas para defender uma nova *práxis* para o socialismo, contestatória de todas formas autoritárias, incluindo as presentes dentro do espaço familiar e doméstico. Como o próprio movimento afirmava, não era possível ter democracia como regime político e permanecer em um sistema autoritário e hierárquico dentro da família. Essa mesma base teórica foi acionada pelo corpo editorial de *Furia* para preconizar que socialismo e feminismo não são indissociáveis. Isso não implica, porém, em afirmar que não houve um certo "divórcio" entre as feministas socialistas e os partidos socialistas chilenos. O que vemos é que estas mulheres, que se reconhecem como feministas e socialistas, procuram trilhar caminhos próprios de militância, de forma autônoma aos partidos, onde poderiam discutir as especificidades de gênero, sem, entretanto, abrir mão da perspectiva materialista, inerente aos debates marxistas. O que *Furia* afirmou, ao olhar para o lugar das mulheres ao longo da história, é que o materialismo não era suficiente para compreender as hierarquias e desigualdades presentes no cotidiano das mulheres ocidentais. Era preciso avançar na discussão e na prática política.

Como afirmamos, a publicação se encerrou sem explicações e apenas temos hipóteses sobre os caminhos que as integrantes do corpo editorial tomaram. Porém, o certo, é que essas mulheres levaram questões e desafios para a militância socialista do período, que não poderia contentar-se em acabar com o autoritarismo presente no regime político institucional, era preciso olhar para dentro da esfera doméstica, para as relações hierárquicas e sexualizadas no mundo do trabalho. Com a redemocratização, os partidos da *Concertación*, levaram à eleição de Patricio Aylwin, da Democracia Cristã, em uma transição negociada com o regime militar. Como agenda de pesquisa, cabe perguntar qual foi a força dos movimentos feministas, sobretudo os de esquerda, durante os anos do regime da *Concertación* e qual o lugar dessa militância feminista socialista no atual Chile que, novamente, elegeu um presidente de esquerda.

Referências Bibliográficas

- ALVAREZ, Sonia. "Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia". In: STEPAN, Alfred (Org.) *Democratizando o Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- ANDERSON, Perry. "Balanço do neoliberalismo". In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Org.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARRUZZA, Cinzia. *Feminismo e Marxismo: entre casamentos e divórcios*. Trad. Isabel Lacerda. Edições Combate: Lisboa, Portugal, 2010.
- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.
- BLAY, Eva. "Meio século de feminismo – um balanço da luta contra a desumanização das mulheres". In: BLAY, E, AVELAR, L.; RANGEL, P. (Org.) *Gênero e Feminismos: Argentina, Brasil e Chile em Transformação*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2019.
- CASTRO, Mary. Marxismo, feminismos e feminismo marxista mais que um gênero em tempos neoliberais. *Revista Crítica Marxista*, n. 11, 2000.
- CONTRERAS, Leonardo. *Las Juntas de Abastecimiento y Precios: historia y memoria de una participación popular (Chile 1970-1973)*. Tesis para graduación en Historia. Santiago de Chile, Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 2012.
- FRANCESCHET, Susan. *Gender and Citizenship: Democratization and women's politics in Chile*. Ontário, ProQuest, Dissertation Services, 2002.
- FURIA, Revista. Edição n.1, março, Santiago, 1981.
- _____, Revista. Edição n. 2, agosto, Santiago, 1981.
- _____, Revista. Edição n. 3, março, Santiago, 1982.
- _____, Revista. Edição n. 4, setembro, Santiago, 1982.
- _____, Revista. Edição n. 5, Santiago, 1983
- _____, Revista. Edição n. 6, novembro Santiago, 1984
- GARCIA, Marco Aurélio. No fim da alameda Chile: passado & presente. *Revista C&P*, Rio de Janeiro, n. 2, mar/jun, 1984.
- GAVILÁN, Javier Francisco Campos. *Antecedentes del neoliberalismo en Chile (1955-1975): el autoritarismo como camino a la libertad económica*. Tesis para licenciado en Ciencias Jurídicas, Santiago de Chile, Universidad de Chile, 2013.
- IGLESIAS, Margarita. Violencia familiar, violencia social: Un caso de Chile Colonial. *Cuadernos de Historia*, Universidad de Chile, n.29, 2008.
- KIRKWOOD, Julieta. *Ser política en Chile: las feministas y los partidos*. Santiago: FLACSO, 1986.
- KOLLONTAI, Alexandra. *O Comunismo e a Família*. Editorial Marxista, Barcelona, 1937.

LARGO, Eliane. “50 anos de feminismo no Chile: texto e contexto”. In: BLAY, Eva; AVELAR, Lúcia. *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo: EDUSP/Fapesp, 2017.

LAVRIN, Asunción. *Mujeres, feminismo y cambio social en Argentina, Chile y Uruguay (1890-1940)*. Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, Santiago: 2005.

MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. Tradução: Rodolfo Konder. *Revista Género*, Niterói, vol.6, n.2, v. 7, n. 1, p. 203-232, 1º-2º sem., 2006.

MEAD, Margaret. *Sexo e Temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

MORAES, M. L. Q., *Memória biográfica e terrorismo de Estado: Brasil e Chile*. Primeira Versão 96, IFCH/Unicamp, n. 96, 2001.

_____. *Feminismo, Movimento de Mulheres e a (Re) construção da Democracia em três países da América Latina*. Campinas: Coleção Primeira Versão. Editora do IFCH/UNICAMP, 2003.

MOYANO, Cristina. ONG y conocimiento sociopolítico durante la Dictadura: la disputa por el tiempo histórico de la transición. El caso de los Talleres de Análisis de Coyuntura en ECO, 1987-1992. *Revista Izquierdas*, 27, abril 2016.

NYE, Andrea. *Teoria Feminista e as Filosofias do Homem*. Tradução de Nathanael Caixeiro. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1995.

PEARCE, Diane. *The feminization of poverty: women, work and welfare*. *Urban and Social Change Review*, January, 1978.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

ROUQUIÉ, Allan. *O Estado Militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Alfa-Ômega, 1984.

SILVA, Eça P. *Araucaria de Chile (1978-1990): a intelectualidade chilena no exílio*. São Paulo: Alameda, 2013.

STEPAN, Alfred, LINZ, J. *A transição e consolidação da democracia e a experiência da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

TOBAR, Marcela; CATALÁN, Lorena; CAVIEDES, Elizabeth. *¿Un nuevo silencio feminista? La transformación de un movimiento social en el Chile posdictadura*. Santiago: CEM y Ed. Cuarto Propio, 2003.

YAGUÉS, Javier. *Las mujeres en la izquierda durante la Unidad Popular y la Dictadura Militar (1970-1990)*. Tesis de Doctorado, Universidad Autónoma de Madrid (UAM), 2012.

VALDÉS, Teresa. *Las mujeres en la dictadura*. Programa de estudos FLACSO. Santiago do Chile, no 94, 1987.

VALDÉS, Teresa; WEINSTEIN, Marisa. *Mujeres que sueñan: las organizaciones de pobladoras en Chile (1973-1989)*. Santiago de Chile: FLACSO, 1993.



VARGAS, Viviana B. Neoliberalismo, protesta popular y transición en Chile, 1973-1989. *Política y Cultura*, primavera, n.37, 2012.

VASCONCELOS, Joana S. *O lápis é mais pesado que a enxada: reforma agrária no Chile e pedagogias camponesas para transformação econômica (1955-1973)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2020.

WALKER, Ignacio. Un nuevo socialismo democrático en Chile. *Colección Estudios CIEPLAN*, n.24, junio, 1998.

WINN, Peter. *A Revolução Chilena*. Coleção Emília Viotti da Costa. São Paulo: Editora UNESP, 2010,